

Governo Sarney: o jornal *O Globo* no Plano Cruzado I

Government Sarney: the newspaper *O Globo* globe in the Cruzado Plan I

Eric Patrick Silva de Faria Rocha

Especialista em Política e Sociedade

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - IESP/UERJ

eric_patrickcg@yahoo.com.br

Recebido: 17/03/2021

Aprovado: 14/06/2021

Resumo: O presente estudo visa investigar a posição do jornal *O Globo* perante o primeiro choque heterodoxo do período Sarney: O Plano Cruzado I. Primeiramente, contextualizaremos o governo Sarney em seus primeiros momentos, responsável pela missão do retorno à realidade democrática e com o dever de enfrentar uma crise econômica crescente. Em seguida, se mencionará a progressão da relevância dos jornais impressos como objeto de estudo para o historiador e a imprensa como importante ator na transição democrática, e, derradeiramente, analisar-se-á os editoriais do jornal *O Globo* durante os meses que o Plano Cruzado I esteve em vigência, fazendo nota àqueles principais e que se relacionam com a temática proposta.

Palavras-chave: Jornal *O Globo*; Plano Cruzado; Governo Sarney.

Abstract: The present study aims to investigate the position of the newspaper *O Globo* before the first heterodox shock of the Sarney period: The Cruzado Plan I. First, we will contextualize the Sarney government in its first moments, responsible for the mission of returning to democratic reality and with the duty to face a growing economic crisis. Then, mention will be made of the progression of the relevance of printed newspapers as an object of study for the historian and the press as an important actor in the democratic transition, and, finally, the editorials of the newspaper *O Globo* will be analyzed during the months that the Cruzado Plan I was in effect, making note of those main and related to the proposed theme.

Keywords: Newspaper *O Globo*; Cruzado Plan; Sarney government.

Introdução

O ano de 1985 marcou o início de uma nova era nas realidades social, política e econômica no Brasil. Após um longo período de restrições e estrangulamento dos direitos civis engendrado pelo regime militar nascido em 1964, os ares da democracia começavam a tomar o ambiente e manifestações

em prol de seu estabelecimento eram rotineiramente realizadas no início da década de 1980, tempo que marcava o fim do estado de exceção protagonizado por nossa força marcial.

Fustigada por uma crise econômica sem precedentes, a população encarava o retorno a realidade democrática de forma esperançosa, como se os males inflacionários e o arrocho salarial pudessem se extirpar com o advento das liberdades propiciadas pelo regime democrático. Poderia, desta forma, representar a oportunidade de se estabelecer uma realidade onde a qualidade de vida pudesse ser trazida a reboque dos planos de liberalização somente possíveis em um ambiente democrático, com livre negociação e liberdade opinativa para a melhora da situação econômica brasileira. A eleição de Tancredo a presidência da República, apesar de indireta e promovida pelo Colégio Eleitoral à época, mostrava a força da vontade democrática demonstrada pela população. Seu falecimento logo após sua eleição deu a Sarney a responsabilidade pela sonhada transição. Ao mesmo tempo, desde o final do regime militar, a imprensa vinha ganhando progressiva liberdade de expressão e participava ativamente da cobertura dos principais momentos de manifestação da sociedade, se constituindo como um dos personagens fundamentais para o ressurgimento da democracia no país.

O presente estudo acadêmico visa analisar um dos diversos personagens daquele movimento que era resultante da reabertura a plenitude dos direitos civis no Brasil: o jornal *O Globo*. A Rede Globo já tinha grandes proporções na década de 1980 e se beneficiou do relacionamento com o governo militar para expandir-se, apesar da mudança de sua postura ao final do regime. No primeiro momento, contextualizaremos a transição democrática – não exatamente planejada pelos militares – que o país viveu no fim do regime militar, a eleição indireta de Tancredo e o primeiro ano do governo Sarney, expondo as discussões para o solucionamento da crise econômica e da alta da inflação temerária a sociedade brasileira. Em seguida, irá se apontar a relevância da análise da imprensa como fonte de estudo para o historiador e dissertar-se-á sobre a trajetória da imprensa na transição democrática, sendo um dos pilares para o retorno ao regime de liberdade.

Para a realização do estudo, analisa-se alguns editoriais do jornal *O Globo* do ano de 1986 selecionando-os de acordo com a temática, privilegiando aqueles que opinavam sobre a situação econômica do país e as medidas do Plano Cruzado I expondo o pensamento do jornal mês a mês, após checagem de todas as tiragens dentro do mês em questão, objetivando demarcar seu posicionamento

e suas contradições durante o primeiro momento do plano, que teve um segundo momento em novembro do mesmo ano.

A pesquisa se justifica diante da necessidade de se analisar a influência da imprensa brasileira nos rumos da economia brasileira, apresentando-se como um ponto de argumentação capaz de analisar a política econômica vigente fornecendo apoio ou criticando personagens que se alinhem ou não ao seu modo de pensar em relação ao modelo econômico adotado nos respectivos momentos políticos do país. Visamos também contribuir para o acervo das análises a imprensa realizadas no período Sarney, se constituindo em um dos principais pontos de inflexão da história do país.

O Governo Sarney e o momento econômico brasileiro

O governo de José Sarney, ex-governador do Maranhão e personagem icônico da política brasileira ainda sob o regime militar, iniciou uma renovada fase democrática no país, dando partida a Nova República. É necessário lembrar que o processo de retorno ao sistema democrático já apresentava seus primeiros passos em meados da década de 1970, ainda comandadas pelos presidentes militares em exercício, onde pode se mencionar, segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2017) o projeto Geisel-Golbery, que se marcava pela construção de um projeto de inserção em um Estado de Direito e a formidável vitória eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974, que se mostrou relevante quando se considera que o partido era o único do espectro oposicionista à época. Além disso, houve a Lei de Anistia no decorrer da década, responsável pela estruturação do retorno seguro aos quartéis pelos militares e, entre outras medidas, o retorno de exilados políticos ao país. A ideia dos militares era a de realizar uma transição pactuada, baseada no caso espanhol, onde o desaparecimento do ditador Francisco Franco permitiu a reorganização da direita tradicional, que, junto a outros fatores, ensejou um governo de transição comandado por Adolfo Suárez possibilitado pela força eleitoral da direita, dando cabo a uma transição pacífica (SILVA, 2017).

Entretanto, a instabilidade do governo Figueiredo incendiada pelo atentado do Riocentro, a demissão de Golbery do Couto e Silva e seu próprio infarto, fez com que o governo perdesse “toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura” (SILVA, 2017, p.273). O movimento contestador do ABCD paulista, representando a esfera sindical e revelando personagens como Luiz Inácio “Lula” da Silva ao país, bem como o revigorado retorno do movimento estudantil à cena podem ser citados como dois exemplos

do que o regime militar teria que enfrentar caso apresentasse alguma resistência quanto à sua própria continuidade no poder. Deve-se lembrar que os militares miravam a reconstitucionalização do regime, mas não necessariamente o retorno a realidade democrática, se configurando em uma “autorreforma liberalizante do regime autoritário, mantendo-se, no entanto, o poder militar (FERREIRA, 2018, p.29).

A derrota da Emenda Dante de Oliveira, consumada no dia 26 de abril de 1984, foi um duro golpe para um país que caminhava a passos largos para o sistema democrático, algo que não acontecia há mais de 20 anos, quando neste mesmo mês em 1964, atracou-se o golpe militar em solo brasileiro. Entretanto, as pressões de diversos movimentos sociais perduraram, e exemplos como o Diretas Já! criaram um clima bastante adverso para a cúpula militar, que se dividia e colocava em risco a própria instituição (FERREIRA 2018). A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, trocou sua nomenclatura para Partido Democrático Social (PDS), ainda representando a situação. Dissidências internas neste partido resultaram na saída de José Sarney, fundando a Frente Liberal junto aos seus outros dissidentes. Aliando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), disputou a eleição indireta para a presidência da república em 1985 como vice. A vitória veio com Tancredo Neves, inaugurando o período democrático vivenciado hodiernamente. Apesar de eleito, Tancredo não assumiu em virtude de uma septicemia generalizada, com assunção provisória de Sarney no dia 15 de março. 1 mês depois, e após 7 cirurgias, falecia o primeiro presidente eleito da era democrática, caindo no colo de Sarney a responsabilidade do assentamento do regime de liberdade (FERREIRA, 2018).

O ano de 1985, portanto, se apresentava desafiador para Sarney. O começo de seu mandato, com um agonizante Tancredo lutando pela vida no Hospital de Base, teve como principal personagem Ulysses Guimarães. Exercendo um papel de porta-voz do presidente eleito, marcava reuniões ministeriais, decidia e executava medidas estabelecidas acordadas e depois avisava a Sarney, que representava mais uma figura decorativa do que como regente da Nova República (FERREIRA, 2018). No entanto, mesmo estando a sombra de Ulysses e Tancredo, Sarney decretou algumas medidas de viés democrático relevantes, tais como a reabilitação de 164 dirigentes sindicais que tinham perdido seus mandatos por perseguição política do regime anterior; deu ordens para reexaminar cerca de 300 projetos de lei enviados ao final do governo Figueiredo; devolveu a autonomia de 31 municípios que foram caracterizados como área de segurança nacional; e tornou sem efeito legislação que impedia

associações de sindicatos de diversas categorias, possibilitando o retorno das centrais sindicais legalmente (FERREIRA, 2018).

A primeira função de Tancredo na presidência do país era pacificar os ânimos, procedendo com medidas democráticas ao mesmo tempo que visaria preservar os militares na volta aos quartéis, tendo o perfil conciliador como principal responsável para sua escolha no PMDB. Sarney não alterou os planos de Tancredo nesse sentido, e no que tange aos militares, procurou não mexer em “casa de marimbondo”, tentando tocar um projeto de transição política “por cima”. Já os trabalhadores, que colocaram grandes expectativas na Nova República brasileira pelo fim do arrocho salarial do final do período ditatorial, se movimentaram, parecendo entender o movimento de liberalização do sistema democrático incipiente. Segundo o historiador David Maciel (2008), seguidas greves irromperam em 1985, sendo a grande surpresa do ano corrente. Segundo o autor, “seriam contabilizadas 927 paralisações, um aumento de 50% em relação às 618 do ano anterior”, tendo presença imensamente superior de trabalhadores se comparada com o ano anterior. Vale ainda mencionar as paralisações no setor público, representando 31,2% do total de paralisações no país, outro número que se apresentava maior se comparado ao ano de 1984, sendo protagonizados por professores, médicos, bancários e trabalhadores de base. “Calcula-se que o número de trabalhadores envolvidos nas greves do ano ultrapassou a cifra de 5,3 milhões” (MACIEL, 2008, p.71). Houve também no campo manifestações relativas à disputa de terra e de caráter trabalhista, evidenciando a intensidade do ano de 1985 no tocante aos conflitos sociais.

Sarney enfrentava ainda um grande problema: a falta de legitimidade. Herdeiro do cargo presidencial, a população elegeu o PMDB de Tancredo para tocar o processo de transição democrático, e não a Frente Liberal dissidente do PDS, ex-membros do partido ditatorial ARENA. Entretanto, coube ao maranhense estabelecer medidas que promoveriam a reabertura democrática e a retomada do poder aos civis. Diante desta obrigação, Sarney enviou ao parlamento em maio de 1985 o Emendão. Prevendo uma adição liberalizante a constituição, a emenda propunha o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República em dois turnos, bem como para prefeitos em cidades que ainda eram consideradas áreas de segurança nacional. Além disso, previa a extensão do direito de voto aos analfabetos, legalização de organizações da sociedade civil como a UNE juntamente aos partidos comunistas assim como facilitava a criação de novos partidos políticos, dando cara ao processo de democratização premente. Já em junho, Sarney enviou outra proposta de emenda constitucional

visando convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e pôs fim à censura, iniciando o processo de retirada do chamado “entulho autoritário” que ainda permeava a constituição editada pelos militares em 1967 (FERREIRA, 2018).

O desejo de uma nova constituição já figurava no ano de 1985, e em julho, Sarney instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), “formada por 50 notáveis e encarregada de elaborar um anteprojeto constitucional que deveria orientar a elaboração da nova Constituição pela Assembleia Constituinte” (MACIEL, 2008, p.82). Sua composição obtinha essencialmente intelectuais, empresários e políticos que geralmente foram perseguidos pela ditadura ou apresentavam vínculos com a oposição democrática como Celso Furtado, Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Brossard, como outros. Maciel (2008) compreende que a intenção de Sarney era dar completude a proposta formulada pela futura Assembleia constituinte, entretanto, desprovia os partidos e os movimentos sociais a liderança na elaboração da nova Carta Constitucional, sendo alvo de indignação por tais setores em um primeiro momento.

Logo após a instituição da “comissão de notáveis”, Sarney convocou via mensagem ao Congresso uma Constituinte congressional, sendo formada por deputados e senadores que disputariam as eleições seguintes marcadas para 15 de novembro de 1986. No entanto, senadores que foram eleitos em 1982 também participariam da constituinte, ponto que ensejou polêmica no debate da formulação da nova constituição brasileira. Em outras palavras, tanto deputados “novos” quanto aqueles que foram eleitos durante a ditadura seriam responsáveis pela nova carta acumulando a função legislativa, o que contrariava movimentos democráticos que lutavam por uma Assembleia Constitucional exclusiva. Estes movimentos reivindicavam que somente os deputados eleitos em 1986 edificassem a nova Constituição, o que foi desrespeitado por Sarney. Deste modo, “havia, portanto, um conflito entre forças que lutavam pelo avanço do processo de redemocratização do país e o conservadorismo da cultura política brasileira” (FERREIRA, 2018, p.44).

Para se somar as conturbações políticas e a esperança do renascer democrático tão aguardado após longos anos sob um estado de exceção, a economia brasileira estava longe de se apresentar em seu melhor momento, e o primeiro ano do governo Sarney também tinha como dever debelar uma crise econômica que se avolumava, pese também as questões prementes do retorno a realidade democrática. Segundo o economista Eduardo Modiano (1990) a crise econômica era composta por

uma crise cambial gravíssima junto a uma alta taxa de inflação em crescente e a indexação generalizada da economia. Em 1985 foram adotadas algumas medidas com o intuito de desacelerar o processo inflacionário, como a interrupção das operações ativas dos bancos oficiais por diversos dias, junto a um corte de 10% no orçamento fiscal daquele ano e a proibição da admissão de novos funcionários para a administração pública.

Sarney não apresentava uma fórmula alternativa para a reconstrução econômica do país, tendo diversas similaridades com o último presidente militar, João Figueiredo. Segundo Modiano (1990) o ano de 1985 teve como diretriz predominante no combate a recessão a ortodoxia do receituário liberal, sendo aplicada no problema inflacionário presente desde o final do regime militar, congelando-se tarifas públicas e aumentando-se os juros para solapar o consumo. De acordo com o autor, os cinco primeiros meses foram de tensões aprofundadas no seio da equipe econômica do governo, tornando-se públicas as divergências capitaneadas pelo ministro do Planejamento João Sayad e o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Tornaram-se públicas as discordâncias, entre outras questões, em relação a própria “prática de taxas de juros reais elevadas, aos ingredientes do ajuste fiscal, à correção do salário mínimo”, bem como “a mudança de fórmula das correções cambial e monetária”. Ao menos, a balança comercial em 1985 chegou à casa de 1 bilhão de dólares em superávit, o que permitiu manter afastadas as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) em matéria econômica, o que permitiu ao governo brasileira privilegiar o crescimento econômica com políticas monetárias e fiscal mais acomodatórias, não dependendo de recursos externos naquele momento (MODIANO, 1990).

Das discussões entre economistas estruturalistas/pós-keynesianos e inercialistas, em 1986 se elaborava uma alternativa capaz de se conter o ímpeto com que caminhavam os preços, avultados de forma mais veloz a cada dia. Segundo Maciel (2008), as discussões se alongavam em torno do consenso ou não de um choque heterodoxo, ou seja, de saída momentânea das regras do jogo econômico. Os inercialistas acreditavam que a indexação generalizada estava entranhada na economia brasileira, e que a necessidade de uma reforma monetária e congelamento de preços era providencial para se conter o mal inflacionário. Os estruturalistas/pós-keynesianos do Ministério da Fazenda chefiados por Dilson Funaro concordaram com a tese inercialista, muito porque objetivavam “desatar os nós da economia brasileira, dentre os quais a inflação era o fenômeno mais visível. Desta forma, visavam “a estabilização dos juros, favorecendo os investimentos produtivos e restabelecendo regras estáveis para o processo de formação de preços, eliminando os aspectos inerciais presentes” (MACIEL, 2008, p.124). Os

economistas do Ministério da Fazenda esperavam ir muito além de um simples choque repressor à inflação, objetivando uma estabilização duradoura a partir de um anteparo ao desarranjo generalizado dos preços.

Deste debate, nasceu, em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado. Nascia então uma nova moeda, o *Cruzado*. De acordo com o economista José Pedro Macarini (2009), a reforma monetária se apresentou como um simples corte de zeros, onde mil cruzeiros (Cr\$ 1000,00) passaria a valer um cruzado (Cz\$ 1,00), cumprindo uma função psicológica que objetivava a estabilidade ao ganhar uma roupagem de moeda forte de valor estável, funcionando também como um facilitador para o abrandamento das condições em relação a mudança necessária nos valores contratuais. O Plano Cruzado também previa o congelamento de preços, tendo como função realinhar os agentes econômicos para agir cooperativamente, visto que as condições do livre mercado em alta inflacionária joga contra o movimento de estabilidade econômica; conversão dos salários para um valor real médio dos últimos seis meses, acrescentando-se 8% de abono aos salários em geral e 15% para quem dispunha de um salário mínimo, combinando uma política de estabilização econômica com uma tentativa de redistribuição de renda, fugindo das prescrições teóricas que pregavam a neutralidade distributiva; e o congelamento da taxa de câmbio, consenso dos economistas ligados ao PMDB no que concerne aos altos riscos inflacionários se fosse mantida a desvalorização, mantendo-se inalterada até meados de outubro daquele ano (MACARINI, 2009).

O Plano Cruzado foi uma grande cartada do governo. Em seu início, com o aumento da renda e congelamento de preços, a satisfação popular chegou a índices que nem o próprio Sarney poderia imaginar, chegando a incrível marca de 100% da aprovação (FERREIRA, 2018). A inflação desabou, indo de 14,98% em janeiro para 0,58% em abril de 1986. Tais fatores fizeram o consumo aumentar drasticamente, e a população regozijava-se em poder dizer que vivia em um país sem o fantasma da inflação, abolido com o choque heterodoxo promovido pelo Plano. Logo surgiram os “fiscais do Sarney” que, munidos com a tabela de preços da Superintendência de Abastecimento e Preços (Sunab), chamavam um fiscal do órgão ou até mesmo a polícia para prender algum gerente descumpridor do congelamento estabelecido pelo presidente, herói momentâneo de uma nação traumatizada com os males inflacionários. O Brasil, naquele instante, era um “espetáculo televisivo diário das donas-de-casa e de pessoas comuns cheias de entusiasmo cívico” (MACIEL, 2008, p.128) insufladas pela possibilidade de consumo aparentemente inesgotável. Naquele mesmo ano, ocorreriam eleições em

outubro que montariam o concerto da Assembleia Constituinte em sua maior parte, e a coalizão da Aliança Democrática aparecia como grande favorita, favorecendo principalmente o PMDB. “Como num passe de mágica, as críticas ao conservadorismo do governo e da reforma ministerial desapareceram por completo, o pacto social saiu da agenda política e Sarney se transformou no grande cabo eleitoral das eleições de 1986” (MACIEL, 2008, p.129)

Em meio a tanta euforia, alguns efeitos colaterais começaram a aparecer. A alta explosiva do consumo gerou o desabastecimento das prateleiras em poucos meses, o que deu nascimento ao ágio, uma quantia extra no preço do produto para reequilibrar a oferta e a demanda. Antes imaginada como contornável, a disponibilidade de produtos em relação a demanda excitada começou a ultrapassar fronteiras incontornáveis. A partir de agosto, o sentimento em relação as mercadorias era de “ágio generalizado”, e diversas práticas fugitivas ao tabelamento de preço foram perpetradas, como a adulteração de peso no meio de compra e venda industrial e a “maquiagem” de produtos no meio comercial, vendendo um produto ultrapassado sob uma manobra retórica ao se dizer ao cliente que era novo (MACARINI, 2009). Deve-se lembrar também da escassez de carne bovina nos mercados, o que gerou filas pelo seu substituto, o frango. A crise da carne bovina ainda foi agravada por um período de entressafra, e com o problema insistindo em fazer morada, “no calor da conjuntura eleitoral até algumas ações espetaculares de confisco do boi no pasto foram executadas” (MACARINI, 2009, p.30), fazendo a Polícia Federal invadir fazendas confiscando bois e vacas (FERREIRA, 2018).

Sarney seguiu o congelamento de preços até o limite, inebriado pela alta popularidade que o plano lhe conferiu. Já dando sinais de desgaste, arrastar o congelamento virou questão política e as eleições de 1986, que também decidiriam a composição da câmara de deputados e senadores para o relevante dever da Assembleia Constituinte, iriam ser o grande objetivo de Sarney. Sua reforma ministerial, questionado por setores do PMDB e que pôs em risco a Aliança Democrática, logo foi reestruturado com o sucesso do Cruzado no país, sendo “utilizado politicamente pelo governo como um instrumento fundamental para a sua sobrevivência política e para o controle da transição pelo campo conservador” (MACIEL, 2008, p.126). A vitória nas eleições passava pela recuperação do apoio popular e da reunificação da Aliança Democrática, condições criadas pelo Plano de Sarney e seus ministros, destacando-se Dilson Funaro e João Sayad. A ampla vitória do PMDB, elegendo 22 dos 23 governadores, 38 das 49 vagas no Senado e 260 dos 487 deputados federais denota o sucesso do choque heterodoxo. Alguns dias depois, Sarney anunciou o Plano Cruzado II com aumento de tarifas

públicas, arrocho salarial e reajuste dos preços, e a aventura heterodoxa teve seu fim. O povo se sentiu traído (FERREIRA, 2018).

Para Maciel (2008), os motivos para o Plano não ter dado certo a médio e longo prazo se encontravam nas condições da economia na data do lançamento, que não eram as ideais. Segundo o autor, os efeitos necessários do pacote fiscal para a diminuição do déficit público de novembro de 1985 ainda não eram sentidos, como a taxação dos ganhos de capital no mercado financeiro, a recomposição programada dos preços e tarifas públicas. Além disso, apesar do pacote fiscal implementado em 1985 ter procurado restringir o crédito, a diminuição do Imposto de Renda retido na fonte liberou renda para o consumo, estimulando-o. Para completar, as pressões inflacionárias originárias do choque agrícola ainda não tinham sido absorvidas totalmente, aumentando a taxa de inflação. “Provavelmente, só em meados do ano, a situação se tornaria propícia para a aplicação do plano” (MACIEL, 2008, p.125). Em meio a esta peculiar conjuntura, a imprensa ressurgia como personagem relevante no cenário nacional e passava por um processo de liberalização relevante e que formou as bases da liberdade de expressão hoje gozadas pela grande mídia no país, dando credibilidade as análises hoje realizadas. Passemos a um panorama de sua revitalização liberalizante.

A imprensa como objeto de estudo e seu papel na transição democrática

O uso da imprensa como objeto e fonte de estudo para o historiador tem crescido substancialmente nos últimos anos. Maria Helena Capelato (2015) ressalta que sua abordagem era vista com desconfiança em outros tempos, se tornando um dos principais meios de estudo historiográfico no final do século XX. Em um momento de revisões teóricas e metodológicas, se deu na década de 1970 um processo de ressignificação do papel da mídia nas investigações históricas, colocando-se novos problemas, abordagens inéditas e a transformação do uso de novos objetos e fontes para o estudo da História. De acordo com Fonseca e Corrêa (2009), neste contexto, a leitura dos jornais ganhou novo impulso no âmbito da revitalização da história política e atualmente ele se dá pelo interesse ainda discreto manifestado pelos programas de Pós-Graduação em História no Brasil pela história dos conceitos. A rediscussão sobre o papel dos documentos e os questionamentos perante o seu uso reavivaram a utilização da imprensa como instrumento para a reconstituição histórica, esvaecendo-se o preconceito que antes se nutria.

De acordo com Capelato (2015), a avaliação crítica do jornal é necessária ao usá-lo como fonte e objeto, sendo imprescindível sua desconstrução. Deste modo, “devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores” (CAPELATO, 2015, p.115). O uso do jornal nos permite acessar sociedades passadas nos seus mais variados aspectos, não subjugando ao anacronismo, avaliando “os modos de pensar e persuadir em distintos momentos históricos” (CORRÊA; FONSECA, 2009, p.7). Além disso, ao sair da limitada esfera dos documentos oficiais, as mídias nos propiciam uma observação mais abrangente, permitindo ao historiador direcionar seu olhar aos anônimos, e não só aos ilustres (CAPELATO, 2015). Deve-se também perceber sua influência na redefinição dos conceitos políticos (CORRÊA; FONSECA, 2009).

No Brasil, os jornais ganharam importância para o historiador nas décadas de 1970 e 1980, resultado das diversas revisões historiográficas em curso, passando a fazer parte do rol documental apropriado para pesquisas e estudos acadêmicos, incrementando e adicionando abordagens nas análises dos contextos políticos, sociais e econômicos do país em outros tempos (CAPELATO, 2015). Neste momento, o regime militar vigente começava a pensar a liberalização do regime e a imprensa brasileira passava pelo processo de modernização, necessária para os auspícios de uma abertura lenta, gradual e segura pensada pelos militares.

De acordo com a socióloga Alzira Alves de Abreu (2005), o processo de retorno à democracia tem seu início em 1974 com o presidente Geisel. Com o fim do perigo da luta armada, o processo de liberalização poderia ser tocado sem maiores riscos e era extremamente necessária a reabertura dos canais de comunicação, objetivando comandar as ações em prol de sua ampliação como mecanismo para a reaquisição da eficiência estatal, visto que sua alta concentração de poder implicava em uma paralisia decisória nociva para os próprios militares. Neste momento, a imprensa escrita seria a primeira a ser contemplada, sendo um dos pilares da reabertura política.

Ainda em 1974, ocorreram em novembro as eleições legislativas, considerado um marco para a liberalização do regime e tendo a mídia como um dos principais personagens. O partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve direito a acessar os meios de comunicação disponíveis sem muitos empecilhos, possibilitando uma ampla mobilização do partido em busca dos assentos em votação. A mídia, alocada no espectro oposicionista ao lado do MDB, soube fazer uso de

seus canais e aproveitou a ocasião para veicular críticas e denúncias contra o regime militar e dar força a luta pela redemocratização. Com a grande vitória do MDB, o papel da mídia como instrumento informativo das massas ficou evidente, atingindo a população em franca expansão no decorrer da década (ABREU, 2005).

Apesar de idealizar um processo de liberalização, o governo Geisel não retirou de imediato a legislação restritiva que impedia a liberdade de expressão, fator que ainda permitia a censura fechar e abrir canais de comunicação a seu bel-prazer. “Se, por um lado, o governo suspendia a censura prévia ao jornal *O Estado de São Paulo* (janeiro de 1975), estabelecia a censura prévia na revista *Veja*, que só teve essa medida suspensa em junho de 1976” (ABREU, 2005, p.58). O Sistema Nacional de Informações (SNI) ainda trabalhava a pleno vapor e denunciava a Geisel suposta infiltração de comunistas nos veículos midiáticos, afirmando que os canais comunicativos davam voz as orientações preceituadas no movimento comunista internacional influenciando a opinião pública nacional. Além disso, o ministro da justiça naquele instante era Armando Falcão, afeito ao pensamento da ala militar contrário a liberalização do regime, e como instrumento de pressão e controle, realizou um levantamento das dívidas das empresas jornalísticas com o Ministério da Fazenda, bancos estaduais e privados, propondo a Geisel a manutenção das restrições. Geisel concordou com suas proposições, mantendo as amarras que estrangulavam a liberdade opinativa.

Já em 1976, ocorreram as eleições municipais, e os militares, compreendendo o papel da mídia no triunfo do MDB nas eleições de 1974, tratou de fortalecer a mordada dos veículos de imprensa, tendo a Lei Falcão como regulamentadora de medidas altamente restritivas e rígidas quanto as propagandas eleitorais no rádio e na televisão. O resultado foi ampla vitória da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo derrotado em 1974.

No entanto, o processo de liberalização e redemocratização estava em curso, e outro fator que contribuiu para sua aceleração foi a vitória e chegada de Jimmy Carter a cadeira presidencial estadunidense em 1977. A orientação majoritária de sua política externa visava se afastar dos países que desrespeitavam os direitos humanos, exercendo grande pressão sobre o governo militar vinculando a ajuda militar americana ao progressivo abandono da política repressiva e lesiva a situação dos direitos humanos no Brasil (ABREU, 2005). A mídia se beneficiaria deste processo, se aproximando

gradativamente do fim dos grilhões que acorrentavam a liberdade de expressão tão necessária para o seu avanço no país.

No seu interior, ficava evidente que a mídia alcançava um novo patamar no que tange ao profissionalismo e ao perfil do jornalista, que agora poderia atrair público com o seu prestígio, sendo responsável pela chegada de novos leitores ou de angariar audiência para televisões e rádios. Quanto ao aspecto profissional, a ampliação da grande indústria cultural teve papel crucial na profissionalização da categoria, e a “exigência do diploma universitário de jornalismo, a dedicação em tempo integral à atividade jornalística e a regulamentação da profissão são indicadores da profissionalização” (ABREU, 2005, p.56).

No governo Figueiredo (1979-1985), já ficava mais evidente o processo liberalização na mídia, e manifestações empresariais questionando a política econômica do último presidente da era militar começavam a infestar os meios de comunicação. Fornecendo grande espaço aos empresários, a imprensa divulgou amplamente sua insatisfação, principalmente em momentos de redução no ritmo do crescimento econômico. As editoriais de economia já se faziam presentes desde o começo do projeto Geisel-Golbery em 1974, exercendo grande influência política na metade final do governo militar, questionando a política econômica adotada antes mesmo dos empresários se manifestarem. A divulgação das oscilações da taxa de inflação, antes ignoradas pelo público em geral permitiram aos veículos midiáticos oferecerem um contraponto as informações divulgadas pelo governo, notando suas inconsistências. Muitos estudos perpetrados no meio acadêmico que abordavam criticamente a distribuição de renda, o direito ao emprego e à pobreza ganharam publicidade nos meios de comunicação, colocando diversas interrogações quanto ao modelo econômico adotado.

Em 1981, a imprensa também teve papel relevante ao cobrir o atentado do Riocentro, onde ocorria um show de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho. Uma bomba explodiu no interior de um carro, matando um sargento e ferindo um capitão do Exército. O Inquérito Policial Militar à época queria fazer crer que o acontecimento teria sido causado por grupos de esquerda, e a mídia apareceu como grande contraponto ao acompanhar e divulgar de perto as investigações, constatando que o atentado fora preparado por grupos paramilitares de direita. Outro marco para as mídias no governo Figueiredo foi a cobertura da campanha das “Diretas Já”, iniciada em 1983 e que teve seu ponto alto em 1984, quando as ruas das principais cidades do país foram tomadas tendo a

mídia como aliada na divulgação e fortalecimento da reivindicação. A campanha clamava pelas eleições diretas em 1984 e os veículos de comunicação consolidavam a sua participação como uma das bases para a realidade democrática requerida (ABREU, 2005).

Ainda nos anos 1980, mudanças na imprensa nacional ocorriam lideradas pela *Folha de São Paulo*, implementando medidas que se assemelhavam ao *modus operandi* das grandes indústrias, limitando a opinião dos jornalistas aos editoriais e colunas assinadas. De acordo com as historiadoras Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2008), a *Folha* buscava um jornalismo crítico, plural, apartidário e moderno, tendo Otávio Frias Filho como orientador do processo de implantação do Projeto Folha em maio de 1984, data em que assumiu o comando a direção de redação do jornal. Apesar da resistência em seu interior, a *Folha* impôs os novos parâmetros de trabalho na empresa, dando o pontapé inicial para uma alteração geral na organização das redações. O Manual Geral da Redação editado pelo jornal paulista acabou “se incorporando ao cotidiano da maioria dos veículos de imprensa do país”, tendo como uma das principais diretrizes “necessidade de o jornalista apresentar ao leitor os diversos lados da história” (LUCA; MARTINS, 2008, p. 255).

A *Folha* também se destacou na cobertura da internação às pressas de Tancredo Neves, candidato que representava a esperança do retorno à normalidade democrática e que foi acometido inicialmente por uma apendicite segundo as primeiras informações. Com as diversas complicações que debilitaram o presidente naquele momento eleito, a *Folha* publicou sobre o esquema arquitetado pelos governantes caso Tancredo falecesse, sofrendo muitas críticas e reclamações por partes dos leitores, crentes que a publicação trazia maus agouros. Com a morte de Tancredo, percebeu-se que suas informações eram mais condizentes com a realidade em comparação a outros veículos de comunicação (LUCA; MARTINS, 2008).

As inovações e mudanças na imprensa nacional também passaram pela Rede Globo. O jornal *O Globo* já apresentava posicionamento favorável a liberalização do regime militar desde as eleições de 1974, fornecendo ampla cobertura a campanha do MDB. Tal atitude também pode ser interpretada como resultado da modernização da imprensa em curso, exigindo uma posição que não necessariamente correspondesse a posição política do proprietário do jornal, Roberto Marinho (ABREU, 2005.) Na televisão, apesar de apoiar o regime militar, incorporou aos seus quadros intelectuais e produtores culturais contrários ao regime, muitos deles filiados ao Partido Comunista

Brasileiro (PCB). Estes personagens produziram conteúdos que criticavam a realidade social brasileiro por meio de novelas, veiculando suas críticas através da trama em relação as condições sociais impostas pela desigual sociedade brasileira. Já nos anos 80, a *Globo* participou da cobertura das Diretas Já com certo atraso, mas reconheceu a sua importância a tempo. No comício realizado na Candelária, cobriu todo o evento, sustentando posicionamento alinhado a liberalização e democratização do regime.

Em meio a este contexto de desejo pulsante pelo retorno a realidade democrática, e ao processo que continuou no decorrer dos anos 80, a eleição de Tancredo e a posterior assunção de Sarney com o falecimento do presidente eleito indiretamente eram vistos como um recomeço. Diante disto, analisemos os editoriais do jornal *O Globo* perante a ascensão e a durabilidade do Plano Cruzado I, encarado com esperança por muitos dos brasileiros que sofriam com a inflação e uma realidade política restritiva recente, despertando um sentimento positivo por dias melhores.

Jornal *O Globo*: análise de editoriais durante o Plano Cruzado I

Os veículos midiáticos, como já visto, foram peças cruciais para a implementação da abertura política e para o retorno ao sistema democrático, marcando presença ao cobrir eventos cujos quais o terminal regime militar desejava imputar interpretação própria, apresentando fundamental importância nos avanços para a conquista da liberdade de expressão no país após uma era de avolumadas restrições. O conglomerado *Globo*, apoiador do golpe militar em seu início e em boa parte do regime, enxergou gradativamente que sua condescendência deveria ser reanalisada devido as contradições geradas, se contrapondo principalmente aos direitos civis no Brasil. O jornal *O Globo* se apresenta como grande material de análise quanto as mudanças de sua postura ao longo deste período, e o momento inicial da transição democrática é relevante no que concerne a observação em relação a tais mudanças, o que pode ser exemplificado enquanto o Plano Cruzado I de Sarney esteve em vigência.

O Plano Cruzado foi lançado em 28 de fevereiro de 1986, e prometia conter os males da inflação característica do início dos anos 1980. O primeiro editorial de *O Globo* sobre o tema aconteceu no dia 1 de Março, com o título “Ataque mortal”, mostrando certa empolgação com o choque heterodoxo promovido pelo governo. Elogiando o “estadista” Sarney ao implementar o plano, que requeria, entre outras qualidades, coragem e perspectiva histórica para a sua realização, *O Globo* notava que o presidente punha em risco a credibilidade do governo, mas que o plano era uma “medida de grandeza” para solucionar drasticamente o problema inflacionário. Seguindo apenas “os interesses do

povo e do país”, Sarney aproveitava o momento de recuperação da economia brasileira e oportunamente atacava a corrosão dos salários, segundo *O Globo*. Apesar de reconhecer o risco, o jornal dizia que “não existia outra saída”, combatendo o doente processo inflacionário que ameaçava o momento de progressiva recuperação e a organização social e produtiva do país.

Mostrando-se otimista, o jornal imaginava que se atingia “os objetivos do pacto social queimando etapas que de outra maneira gerariam confronto e desgaste no relacionamento entre o Governo as lideranças sindicais”, mas que fundamentalmente atrapalhariam o “esforço de preservação dos salários” (*O GLOBO*, 01/03/1986, p.4). Desta forma, *O Globo* decretava:

A Bandeira do Governo é a da estabilidade com prosperidade. Com o advento do cruzado criou-se espaço suficiente para a realização conjunta de ambos os termos da estratégia, tendo em vista o saudável estado estrutural, sistêmico e dinâmico da economia. [...] Já não haverá convivência com a inflação. Repudia-se o inimigo, exorciza-se o fantasma que nos vem longamente mantendo em estado de pesadelo. E é sob a égide da reconquista democrática que se vai tão a fundo e tão à frente nesse ato reinaugural da economia brasileira (*O GLOBO*, 01/03/1986, p.4).

Em 16 de abril, em editorial intitulado “Balanço vitorioso”, *O Globo* intensificava ainda mais seu otimismo em relação a economia ao analisar o resultado deflacionário do mês de março, apresentando taxa de 1,48% na diminuição dos preços se comparado ao mês anterior. O jornal criticava aqueles que não acreditavam no Plano de Estabilização ou tentavam “sabotá-lo”. Ressaltando o crescimento industrial e a geração de emprego propiciados pelo Plano, *O Globo* ainda noticiava o aumento das exportações no mesmo mês de Março, alcançando um patamar recorde. Criando um clima propenso a pacificação dos ânimos daqueles que estavam ligados diretamente ao crescimento econômico, o Plano Cruzado ofereceu as condições necessárias para as soluções negociadas, o que permite ao jornal fazer um paralelo com o regime democrático.

O Globo acreditava que a continuidade do Plano, passado o primeiro momento de grande fiscalização do governo e do povo, assentaria as bases em plataforma sólida e sua vigilância seria dispensável depois de determinada fase, crendo que este esforço inicial era necessário para que a obra não fosse deixada pela metade e desse os frutos desejados. Também enxergando o que seria uma possível sementeira de uma nova mentalidade no país – preconizando o investimento, a produção e a abolição do “jeitinho” brasileiro -, o jornal salientava que o presidente tinha consciência de seus outros

deveres, principalmente relacionados com as questões da fome e da miséria. Neste contexto, *O Globo* completava:

A economia estabilizada é um passo extraordinário, contudo um primeiro passo. Falta conquistar as etapas que nos levarão a uma sociedade mais humana e mais justa. Daí que a mobilização Governo-povo agora iniciada não pode arrefecer, terá que ser permanente no seu espírito e na sua dinâmica. E deste encontro de interesses e objetivos entre governantes e governados há de resultar, também, uma democracia brasileira finalmente consolidada, a serviço de um país sério (*O GLOBO*, 16/04/1986, p.4).

A abordagem positiva sobre o Plano Cruzado perdura no mês seguinte. Em 18 de Maio de 1986, em editorial que se intitula “A vitória do segundo mês”, *O Globo* noticiava a inflação de 0,78% no mês de abril, entendendo ser a prova cabal do sucesso do plano. Afirmando possuir boas indicações de que a taxa inflacionária permaneceria neste parâmetro, lembrava que o governo estabelecia como meta uma taxa zerada, mas que isso só serviria como ponto de referência, não importando se o índice se apresentasse ligeiramente menor ou maior. Para o jornal, “somente a extrema má vontade ou a mentalidade alarmista poderiam estar proclamando a volta da inflação à economia brasileira” (*O GLOBO*, 18/05/1986, p.4).

O editorial ainda coloca em questão a afirmação de que os “fiscais do Sarney” teriam perdido o ímpeto e a confiança iniciais suscitadas pelo Plano. A justificativa do jornal se encontrava na “acomodação” da estabilização, onde os mercados instalavam o respeito ao tabelamento de preço, não sendo mais necessária a fiscalização popular do incipiente choque heterodoxo, fonte de conflitos entre consumidores e comerciantes. Outra razão para a diminuição do entusiasmo dos “fiscais” era a presença da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) realizando atenta fiscalização e penalizando aqueles que tentavam infringir o acordo geral estabelecido pelo Plano Cruzado.

Outra esfera que apresentava evolução eram os investimentos, segundo palavras do próprio Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Acreditando ter diversas evidências que poderiam embasar tal afirmação, o jornal se mostrava confiante em relação a retomada da economia, acrescido pelo momento de aquecimento do mercado interno e o aumento das exportações, permitindo vislumbrar um futuro que tornasse o país propício para investimentos de longo prazo e repusessem perdas na área tecnológica correspondentes a 4 anos de defasagem. Para concluir, *O Globo* exalava confiança no futuro:

O Plano Cruzado vai ganhando motores autônomos e dispensando justificações que não sejam as do seu próprio sucesso. Ainda permanece, no País, quem teime em voltar as vistas para o tempo da loucura inflacionária. Mais alguns meses de estabilização, entretanto, e os recalcitrantes perderão o que lhes resta de credibilidade e voz, diante da íntima e irreversível identificação pública com a nova realidade interna (*O GLOBO*, 18/05/1986, p.4).

Já no mês de junho, no dia 4, em editorial com título “A sabotagem pelo empreguismo”, *O Globo* critica os gastos públicos perpetrados por estados e municípios, acusando-os de aumento de folha com base na política do empreguismo. Apontando que a harmonia entre os entes da federação era decisiva para o bom desempenho do Plano Cruzado, o jornal alertava para os possíveis desvios de rota que o Plano poderia sofrer caso os poderes públicos municipais e estaduais continuassem a manter gastos excessivos ou se submetessem ao fisiologismo político ao permitirem a entrada de elementos alheios ao serviço público em sua estrutura em razão de “dívidas” do período eleitoral. Estados e municípios pareciam querer repetir os erros do passado, e a origem do problema financeiro naquele momento era da fatura eleitoral, ressaltava o jornal.

O Globo ainda encontrava espaço para atacar o governo do Rio de Janeiro, que então era ocupado por Leonel Brizola. Não podendo acusar o governo de tomar o rumo do empreguismo, o jornal salientava que o governo “iria ainda mais longe em matéria de sabotagem ao Plano Cruzado ao conceder um aumento de 30 por cento ao funcionalismo do Estado” (*O GLOBO*, 04/06/1986, p.4) como reposição salarial. Podendo abrir um precedente para reivindicações em estados e municípios de todo o país, o jornal acusava Brizola de inconseqüência política e administrativa, o que poderia desembocar “sobre os ombros da próxima administração do Estado uma parcela do gravame financeiro ora estabelecido como manifesta arma de retaliação” (*O GLOBO*, 04/06/1986, p.4). No mais, *O Globo* completa:

Poucas vezes o Brasil e o povo brasileiro terão precisado tanto da contribuição da consciência moral dos seus dirigentes. O que quer que se faça agora em prejuízo do Plano de Estabilização Econômica deve ser traduzido claramente como procedimento anti-povo e anti-Nação. Os Governadores dos Estados carregam consigo responsabilidades especiais e fundamentais em face da única e grande saída que resta ao País para salvar-se do desastre inflacionário e reencontrar os caminhos do desenvolvimento equilibrado e consistente. Quantos e quais os que se disporão a trair essa oportunidade histórica, deixando os seus nomes no rol dos inimigos e sabotadores do Plano Cruzado? (*O GLOBO*, 04/06/1986, p.4).

Entretanto, outros inimigos inesperados poderiam surgir frente ao Plano Cruzado. No dia 1 de Julho de 1986, em editorial “Tudo para não racionar”, o jornal alertava para a possível necessidade do racionamento obrigatório de energia elétrica caso as devidas medidas não fossem tomadas. Colocando-o como mais um potencial adversário do Plano de Estabilização, o racionamento era visto pelo *Globo* como altamente frustrante, dado que os investimentos começavam a ser galvanizados no país, necessitando o governo desviar recursos internos e externos para que se evitasse uma obrigatoriedade do corte de consumo da energia elétrica no país. Apesar do apoio ao Plano, o jornal notava que o congelamento tarifário integrante de suas diretrizes já era alvo de advertências pelas autoridades energéticas do país, já enfrentando problemas em algumas partes da região sul.

Lembrando do que entendia ser a prioridade governamental – diminuição do déficit público e melhora na capacidade de captação de recursos externos, visto o aperto gerado pelo endividamento internacional -, *O Globo* inferia que o problema adquiria “as tintas de uma situação de emergência” e que deveria ser “tratada nos termos correspondentes” tamanha gravidade. O jornal ainda avisava que Sarney ia ter de realizar “providências heroicas” em outras áreas que já eram ou pareciam estar em vias de se tornarem novos problemas, afrontando as ortodoxias necessárias do Plano Cruzado, principalmente aquelas que prejudicavam o objetivo de redução do déficit público, como o ajuste da balança de pagamentos e das medidas de contenção das despesas das estatais. Temeroso ao racionamento, para *O Globo*:

Racionar energia elétrica a esta altura significa levantar uma barreira ao processo de recuperação da nossa economia, sob os auspícios do Plano de Estabilização. Esse freio viria em má hora, pois encontraria ainda em processo o ânimo da volta do investimento propriamente dito, depois de esgotada a fase do aquecimento econômico resultante da ocupação da capacidade industrial ociosa e das inversões apenas destinadas a atender às pressões imediatas da demanda em ascensão (*O GLOBO*, 01/07/1986, p.4).

Conforme o Plano Cruzado se mantinha, os problemas em relação aos preços ficavam mais expostos. No dia 14 de agosto, a opinião do jornal em “Ágio e cidadania” soava mais como uma convocação da sociedade civil para um mal crescente: o aumento ilegal de preços, em outras palavras, o ágio. Dissertando sobre a herança do regime político fechado comandado por militares na sociedade civil brasileira, *O Globo* tenta desconstruir o que entendia habitar na sociedade civil brasileira, a crença de sua impotência perante os problemas nacionais. Tencionando motivar os civis no saneamento dos

obstáculos originários da política de preços estabelecido pelo Plano Cruzado, o jornal conclamava a população ao combate as taxas ilegais sobrepostas nas mercadorias através do ágio.

O jornal defendia que a sociedade civil agora governava o país, e que a resolução geral dos problemas vindouros deveria ter sua parcela de contribuição, não existindo mais “quilométrica distância entre Governo e sociedade”. Entendendo que o combate da população ao ágio poderia acarretar uma nova compreensão do dever cívico na Nova República, *O Globo* acreditava na resposta do poder civil e em seu poder para se sanar a questão. Desta forma, se todos enfrentavam o problema do ágio, todos deveriam combatê-lo, e o jornal conclamava não só os indivíduos, mas também as empresas na fiscalização do cumprimento do congelamento, ressaltando que “a mobilização e articulação dos grupos sociais podem deter processos especulativos que ultrapassam a faixa do jogo de mercado para se situarem no terreno das contravenções penais” (*O GLOBO*, 14/08/1986, p.4). Citando o Plano Cruzado como demonstração de poder da sociedade civil, o editorial afirma:

O Plano Cruzado é exemplo acabado de como as coisas acontecem quando a sociedade entende que pode, que deve ter iniciativas. Decretado pelo Governo, o congelamento de preços foi adotado e sustentado pela população que viu nele a expressão do seu mais legítimo interesse. A mobilização para manter os preços foi marco no processo de revitalização da cidadania e, por decorrência, marco na reconstrução do poder civil. [...] A ampliação da cobrança de preços ilegais, deve corresponder ampliação da resistência a tal prática. Menos como questão econômica, e mais como questão política: nós queremos, nós (*O GLOBO*, 14/08/1986, p.4)

Neste mesmo sentido, *O Globo* ressalta que somente a união da sociedade poderia suprimir as tentativas de burlar o pacto econômico estabelecido através do ágio. Em “Reivindicar igualdade”, editorial de 8 de setembro, o jornal aponta que a ação coletiva e coordenada era fundamental para o saneamento da economia, iniciada com o Plano Cruzado. Entrando em cena quando o cenário indicava o esgotamento da política econômica anterior, o Plano Cruzado cumpria a função revitalizante da economia brasileira, mas antes de tudo, era somente uma norma e não a ação em si. Após a medida governamental, a ação popular era relevante no que concerne a rejeição sobre a especulação, e segundo o jornal, um povo que era conhecido por ser indisciplinado e leniente abraçou de forma intensa o congelamento e tabelamento de preços, gerando até mesmo a fiscalização voluntária.

Entretanto, não era suficiente: a falta de uma ação coordenada por parte de empresas e população não foram suficientes para reprimir o ágio, que surgia em razão da ganância de parcelas diminutas da população, desequilibrando o acordo pactuado pelo Plano Cruzado. O ágio, naquele

instante, desafiava as autoridades constituídas e apostava no fracasso geral no cumprimento do pacto econômico. Iniciativas para contê-lo estavam surgindo a tempo segundo o jornal, como a diminuição da produção da indústria automobilística e o possível boicote de hotéis de turismo de São Paulo e Rio de Janeiro aos fornecedores de carne, que cobravam naquela altura 100% de aumento através do ágio. Enfatizando a necessidade de ações neste tom, *O Globo* finaliza:

Um saneamento completo é radical. Precisa, pois, ascender às origens. E para chegar lá, é necessário que se organize uma linha ininterrupta de ação, cobrindo, em sentido inverso, todas as etapas da produção. Não se trata de institucionalizar a delação. Trata-se de fazer valer um princípio básico da convivência social, firmado em todas as Constituições: a lei é igual para todos. Forçar ao cumprimento da lei quem dela intenta eximir-se, sobretudo quando está em questão um projeto comum de salvação da economia nacional, além de dever patriótico, é afirmação e reivindicação da igualdade de todos, igualdade que é prerrogativa da cidadania (*O GLOBO*, 08/09/1986, p.4)

A questão do abastecimento de carne também assolou o período final de vigência do Plano Cruzado I. Em editorial em 5 de outubro, intitulado “Carne: da persuasão a coerção”, *O Globo* apoiava a ação repressora do governo em relação ao boicote tramado pelos fornecedores de carne, elogiando a publicação do governo com 300 nomes de infratores do pacto econômico a partir de uma investigação de 2 frigoríficos em São Paulo. Apoiando a intervenção no setor pecuário, o jornal afirmava que as ações governamentais visavam demonstrar que havia ação por parte do executivo em relação a cobrança indevida do ágio sobre a carne demonstrando combate a especulação, induzido por sujeitos de má-fé dentro da premissa da oferta e procura.

Avaliando que o governo agiu com certa paciência, o jornal esperava que daquele momento em diante decisões acertadas fossem realizadas pelo executivo, pedindo cuidado com uma intervenção que entendia ser violenta, “embora necessária”. Compreendendo que as medidas enérgicas do governo foram provocadas pelos agiotas, *O Globo* escreve:

Só a contumácia no boicote ao abastecimento e conseqüente sabotagem ao Plano Cruzado arrastou o Governo a medidas mais fortes. Afinal, não se faz “acordo de cavalheiros” com quem não se porta como tal. O Governo existe para usar da coerção, quando baldado foi todo esforço de persuasão e por obter cooperação. [...] Decisões de Governo não costumam ser julgadas por padrões teóricos; e não se recomendam por simples adjetivos – ortodoxos ou heterodoxos. São julgadas pelos resultados que produzirem e pela adequação desses resultados às intenções proclamadas. A governos cabe agir, mais que ensinar. Ou cabe ensinar, agindo (*O GLOBO*, 05/10/1986, p.4).

Já no mês de novembro, ocorreram as eleições para o Senado, governos estaduais, câmaras de deputados estaduais e federais. Vale lembrar que a eleição para a câmara federal iria definir os deputados que se encarregariam da missão de confeccionar a nova Constituição brasileira. Em 19 de novembro, no editorial “Do Rio, para a União”, *O Globo* dissertava sobre o que entendia ter sido um recado claro do povo carioca nas urnas com a eleição de Moreira Franco para governador pelo PMDB: o Rio aderiu ao plano nacional da federação, atestando o desejo de uma transição tranquila para a democracia levando o novo governador ao cargo através da “vitória do Plano Cruzado” em solo carioca e fluminense.

Observando a grande polarização local protagonizada por Moreira Franco e Leonel Brizola, o jornal interpretava o triunfo do primeiro como um auspício da população do Rio em voltar a ser um Estado de peso no território nacional, entendendo que Moreira Franco deveria ser esse grande elo entre a União e o governo do Estado nos próximos quatro anos, se afastando do centralismo que o jornal imputava ao governo Brizola nos 4 anos em que esteve na chefia do poder executivo estadual. Julgando ter sido vítima de uma jornada incessante pela presidência da República dirigida pelo agora ex-governador, o Rio se livrava de um “marketing político de ocasião”, e deveria voltar a ser administrado para si, sem pretensões escusas ao próprio dever de se governá-lo para a população residente. Desta forma, ao eleger Moreira Franco se “fez uma opção clara: preferiu a Nova República ao socialismo moreno, mero biombo dos dedicados a destruí-la (O GLOBO, 19/11/1986, p.4). Apoiando a decisão do sufrágio carioca e fluminense, o jornal declarava:

Quer dizer, essa adesão tem seu valor de seu peso político. Ela leva, recuperado, o valor histórico deste Estado, que a união deverá voltar a refletir. Temos que ser uma voz, doravante, nos principais centros nacionais de decisão. Reivindicamos uma presença proporcional aos interesses que aqui soubemos preservar e fazer prevalecer. Não queremos ser apenas destinatários de recursos da União – recursos de todos, é escusado dizê-lo; queremos a interveniência do Estado na deliberação política que lhe preside a distribuição. Elegemos um Governador do Estado e um vogal efetivo nesse colegiado que é a Federação. Reconhecido como efetivo pelo Governo da União, saberá ele ser eficiente, com a confiança de que está investido (O GLOBO, 19/11/1986, p.4).

O PMDB de Moreira Franco foi o grande vencedor no país analisando-se o saldo nas cadeiras federais e estaduais, tanto no executivo como no legislativo. Elegendo 22 dos 23 governadores, 38 das 49 vagas no Senado e 260 dos 487 deputados federais, Sarney e o Plano Cruzado foram os grandes cabos eleitorais das candidaturas do partido no país, alcançado amplo domínio em território nacional

(FERREIRA, 2018). No dia 21 de novembro, o governo brasileiro instituiu o Plano Cruzado II, restabelecendo aumento das tarifas públicas e impostos, aumento no preço do combustível, energia elétrica e telefonia e acabando com o congelamento de preços. O Plano também previa desvalorização da moeda e uma política mais restritiva a nível salarial. Era o fim oficial do sonho brasileiro de um país sem inflação. O Plano já demonstrava suas fraquezas, mas Sarney o arrastou até o limite para propiciar a vitória ao PMDB. O povo sentiu-se enganado, e o termo “estelionato eleitoral” foi usado para definir o que foi a vitória pemedebista nas eleições de 1986 (FERREIRA, 2018).

É notório, diante dos nove meses que durou o Plano Cruzado I, o apoio do jornal *O Globo* ao Plano de Estabilização, encarado como uma espécie de salvação nacional frente ao inimigo inflacionário, persistente em corroer o poder de compra dos assalariados e no aumento do custo de vida. A empolgação dos primeiros dois meses de vigência do Plano denota a esperança com o que *O Globo* encarava o choque heterodoxo executado pelo governo Sarney, o que derrubou a inflação de forma categórica em seu início, gerando um entusiasmo generalizado que levou a índices históricos de aprovação das medidas governamentais em seus primeiros meses. Conclamando a população para a missão cívica de manutenção do pacto, o jornal alertava a população que a assunção de Sarney a cadeira presidencial representava o retorno do poder civil ao comando do país, e sua ação era, mais do que nunca, necessária para a estabilização da situação econômica e sua energia se mostrava premente para se combater as mazelas ressurgentes durante o plano, como o ágio. Entretanto, o jornal demonstrava claro posicionamento político ao repetir ataques ao governador do Rio de Janeiro àquela altura, Leonel Brizola, acusado de ser irresponsável com o aumento dos gastos públicos ao conceder aumentos ao funcionalismo em um momento que o jornal entendia ser nocivo para a economia do fluminense, podendo abrir brechas para aumentos em outros entes da federação. A recorrência dos ataques ao governador se mostrou uma marca dos editoriais do jornal durante o Plano, e a eleição de Moreira Franco, levada em grande parte por Sarney pelo já cambaleante Plano Cruzado, era interpretada com grande alívio e vista com grande esperança de dias melhores para o Estado do Rio a nível nacional. O apoio de *O Globo* até os momentos finais do plano, mesmo com a intercorrência do ágio e do desabastecimento de carne nos mercados, incorrendo na ação governamental violenta de invasão e apreensão de bois em fazendas produtoras, contrasta um pouco com sua faceta liberal, de defesa das regras do jogo do livre mercado, que se mostrava claramente atingida pela imposição do ágio por parte dos fornecedores de mercadorias. A defesa da intervenção de Sarney também mostra outra

característica de *O Globo* em outros momentos da história: é permitido usar a força de acordo com a postura do jornal, defendendo intervenções violentas ao longo da história caso suas vontades sejam contempladas, comprometendo alguns dos ideais liberais que parece sempre propugnar.

É relevante, nos dias de hoje, a reanálise da imprensa escrita no país, local de intenso debate e de personagens históricos que conformaram o pensamento político da sociedade brasileira e que perdura até os dias atuais, mantendo traços contínuos de ataques a políticos que, em seu entendimento, avultam os gastos públicos ou não adotam medidas de cunho liberal no cenário econômico, mostrando a vocação empresarial do principal conglomerado de comunicação hodiernamente.

Considerações finais

O governo de José Sarney, apesar de castigado pela crise econômica e bastante conturbado social e politicamente, se mostrou como ponto chave para o assentamento do regime democrático, período que também foi responsável pela edificação da Constituição cidadã, que nos rege até os dias atuais. As greves sindicais, a fiscalização voluntária do congelamento de preços, as paralisações do funcionalismo, entre outras ações da população mostram um poder ainda mais potencializado com a retomada do poder pela esfera civil, com a própria imprensa se mostrando um braço da multifacetada sociedade brasileira, cujas camadas mais pobres sofriam com a constante alta dos preços e pagavam diretamente pelos sucessivos empréstimos externos que o governo militar arcou durante o regime para bancar seu milagre econômico.

A imprensa conquistou, de forma paulatina, certo respeito das autoridades militares e reconhecimento de seu poder para influenciar as urnas, onde se pode citar a vitória do MDB nas eleições de 1974. A partir daquele momento, a imprensa foi conquistando cada vez mais espaço como esfera de influência e suas correntes pouco a pouco foram arrancadas, tornando-a umas das principais personagens no contexto de transição para a democracia, e ao mesmo tempo, sua análise como documento histórico passou a ser valorizada pelo historiador. O jornalista passou a ter outro perfil e suas potencialidades foram incrementadas, o dando mais protagonismo na atração de leitores. As editorias econômicas forneciam grande contraponto a versão governamental, e a chegada ao governo Sarney já mostrava uma imprensa capaz de contra-argumentar em relação ao modelo econômico adotado, ou lhe fornecer apoio, de acordo com o que compreendia ser o melhor caminho a se trilhar para a recuperação da economia brasileira.

O jornal *O Globo* nos serviu como ponto de análise de imprensa em pulsante transformação, tanto no aspecto interno em remodelação editorial como em sua influência externa, capaz de debater sobre os rumos do país com a liberdade de expressão conquistada definitivamente com o fim do regime militar. Suas inconsistências dentro do ideário liberal puderam ser notadas, e assim como em outros momentos históricos, a força era amiga quando se entendia necessária pelos editoriais do jornal, incisivos nos ataques a candidatos que não se identificavam a sua ideologia. A opinião em relação aos rumos que a economia tomava com Sarney também se mostrou bastante presente, sempre apontando o caminho do corte de gastos públicos como via necessária para o desenvolvimento sustentado do país, postura que preserva atualmente. Além disso, se mostrou claro o apoio contínuo ao Plano Cruzado I editado em fevereiro de 1986 por Sarney, convocando a população civil a combater o ágio e apoiando até mesmo medidas invasivas do governo em combate ao desabastecimento de carne. O Plano Cruzado I foi mais uma tentativa vã de se tentar debelar uma das maiores crises econômicas do país, apesar de intenso sucesso em seu início, mas encarado como “estelionato eleitoral” após a vitória do PMDB em novembro de 1986.

Fontes

A SABOTAGEM pelo empreguismo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 4 jun. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

A VITÓRIA do segundo mês. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 18 mai. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ÁGIO e cidadania. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 14 ago. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ATAQUE mortal. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 1 mar. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BALANÇO vitorioso. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 16 abr. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CARNE: da persuasão a coerção. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 5 out. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DO RIO para a União. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 19 nov. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

REIVINDICAR igualdade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 8 set. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

TUDO para não racionar. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p.4, 1 jul. 1986. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira**. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº48, p. 53-65, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: PRADO, Maria Lígia Coelho; VILLAÇA, Mariana (orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015.
- CORRÊA, Maria Letícia. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs.). 200 anos de imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- FERREIRA, Jorge. “O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática”. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.); **O Brasil Republicano. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACARINI, José Pedro. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n.157, p. 1-63, 2009.
- MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiás, 2008.
- MODIANO, Eduardo Marco. A ópera dos Três Cruzados. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira